

10 MAR 1981
Coluna do Castello

Sarney com a missão cumprida

Brasília — Enquanto se preparava ontem para encaminhar, juntamente com o secretário-geral do Partido, Deputado Prisco Viana, o pedido de registro definitivo do PDS, seu presidente, Senador José Sarney, admitia estar inclinado a, no momento em que o TSE determinar esse registro, entregar a presidência da agremiação ao Chefe do Governo, dando por cumprida a missão que lhe confiou o General João Figueiredo. O mandato partidário do Senador Sarney esgota-se em novembro, quando se realizará a Convenção Nacional coroando as convenções municipais de agosto e as estaduais de outubro. Mas parece entender ele que, ao longo deste ano, o Governo poderá ganhar tempo na seleção de um comando do PDS que possa, a partir da organização definitiva e das viagens de avaliação que realizou por todo o país, conjugar a estrutura partidária com os objetivos e os métodos de atingi-los.

O Senador José Sarney é totalmente favorável à abertura, mas entende que a condução do PDS deve ficar mais próxima dos que, no Governo, além do Presidente da República, dispõem das informações e do poder de decisão para atravessar o período difícil que se iniciou este ano, com a volta do Congresso à atividade. O PDS necessitaria na sua presidência de alguém que inspirasse, por sua intimidade com a área de decisões políticas, de maior poder de convencimento junto às bancadas, inclusive as dos demais Partidos.

Aparentemente é sem mágoa que o Senador, presidente do PDS, se dispõe a entregar a missão como concluída ao Presidente da República, de quem só recebeu demonstrações de confiança e atenções. Entre os motivos que o levam a desobrigar-se de tarefa tão difícil figuram os de natureza pessoal, como seu desejo de concluir um romance interrompido há alguns meses e de montar em Luziania uma pequena fazenda, a que não tem podido se dedicar. Não parece o Sr José Sarney ambicionar outra participação na vida pública a não ser desempenhar o seu mandato até 1986.

Antes de inclinar-se pela entrega próxima da presidência do Partido, o Sr José Sarney tentou ampliar os termos da sua missão mediante a proposta que informalmente levou ao conhecimento de alguns dirigentes políticos de reunir as principais bancadas do Congresso, senão todas, em torno de um pacto de abertura, mediante o qual deputados e senadores pudessem ter uma participação efetiva no seu processo. Esse pacto definiria condições mínimas de uma progressiva democratização e daria, se concretizado, peso ao Congresso como um todo, e não somente ao PDS, de atender ao apelo de negociação que lhe dirigiu o Presidente da República.

Compreende o Sr José Sarney que o Ministro Golbery do Couto e Silva, estrategista da distensão e da abertura e seu zeloso servidor, dispõe de informações e de aptidões políticas para definir a cada momento o grau de absorção possível de medidas liberais. Ele identifica no âmbito do sistema os focos de resistência e sabe avaliar nas diversas circunstâncias a sensibilidade dos seus companheiros de Governo e antigos companheiros de farda para com atitudes que facilitam ou dificultam o andamento do projeto governamental. Isso lhe dá o poder de traçar o ritmo e a medida da progressiva abertura, liberando o que seja possível liberar e contendo o que deva ainda ser contido.

Mas os Partidos de Oposição não oferecem sintomas de encarar com realismo a conjuntura e o seu próprio poder de ajudar o Governo a contornar as dificuldades e de vencê-las. O Sr Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, com quem o Sr Sarney teve uma primeira e demorada conversa, lhe pareceu restritivo, menos atento ao fato político nacional do que à sua situação partidária, chefe que é de um Partido que, aspirando a ser a oposição autêntica, se estaria deixando dominar cada vez mais pela "Tendência Popular" e outras facções intransigentes. A eleição do líder da Câmara Federal traduziu o crescente domínio das esquerdas sobre o velho comando liberal desse Partido.

Com o Senador Tancredo Neves, presidente do PP, também as conversas do Sr Sarney não foram muito estimulantes. O representante de Minas Gerais, de velha cepa pessedista, acha que nenhum pacto político teria validade a não ser que prevísse a concomitante participação dos Partidos no Governo. Enquanto o Poder estiver concentrado nas mãos de um só grupo e dele excluídos sistematicamente os Partidos, não há o que negociar nem com o que se comprometer. O presidente do PDS entende, no entanto, que a participação seria uma etapa posterior da composição do Congresso em torno da eficácia da sua ação, a qual se imporia por si própria na medida em que todos os Partidos passassem a ter os mesmos compromissos e as mesmas obrigações. Para que o próprio PDS chegue ao Poder, parece ter raciocinado o Sr Sarney, é preciso que outros Partidos tenham criado condições para também lá chegar. Sozinho, nenhum deles o fará.

Carlos Castello Branco